

A relação entre gênero e a dimensão do imperativo desta discussão através do ensino de Sociologia no âmbito escolar: para uma perspectiva de novos olhares

Ayla Camargo¹

Resumo

O objetivo deste artigo é elencar as potencialidades dos estudos de gênero, por meio da Sociologia, de se discutir as questões de gênero com suas múltiplas mediações desde a construção social, o empoderamento, os movimentos sociais, a sexualidade, a saúde, a violência contra as mulheres entre outros. Assim como a sociologia buscou o seu espaço dentro da educação nacional, procuro demonstrar aqui, como as discussões de gênero se tornam fundamentais enquanto conteúdo estruturante da Sociologia. Justamente por se identificar como uma disciplina que causa o estranhamento e a desnaturalização de alguns conceitos. Entendo que a escola poderá instrumentalizar os alunos para a construção de um mundo mais igualitário para homens e mulheres, considerando as diferentes identidades de gênero e a diversidade sexual.

Palavras chaves: Sociologia na educação, estudos de gênero, construção social.

A construção social: Uma violência simbólica e o a origem sobre os estudos de gênero

Primeiramente é necessário frisar que a discussão de gênero é plural, englobando uma diversidade de temas, dado que gênero é uma categoria de análise, isto é, uma forma de abordagem sobre a realidade. Desta maneira, como o intuito aqui é a inserção desta discussão nos Projetos Políticos Pedagógicos da sociologia, tentarei pincelar as inúmeras possibilidades de se discutir a questão de gênero no ensino médio. A questão é: pensar gênero é conteúdo? Deve ser enquadrado como conteúdo estruturante ou como conteúdo básico? Como conteúdo específico? Em quais conteúdos dentro da sociologia podemos abordar a temática de gênero, na política, na antropologia ou na sociologia?

¹ Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. Endereço eletrônico: ayla.camargo@hotmail.com.

Um dos maiores problemas encontrados hoje por trás dos muros das escolas sobre questões de gênero, é que elas ainda são tratadas como particulares, como um problema individual de alguns, o que acaba por reduzir a complexidade e amplitude social da questão. É necessário levar a discussão de gênero para as escolas e para as aulas de sociologia com a tentativa de orientar os alunos e alunas sobre as identidades e os papéis de gênero, o lugar do corpo na construção de gênero, as identidades psicosssexuais, e a temática das masculinidades. Com o intuito de que essa realidade em que vivemos não se perpetue através de estigmas já estabelecidos socialmente. Tendo em vista que os estudos de gênero contribuem para uma nova forma de pensar a cultura, a linguagem, o político entre outros.

Os movimentos sociais, com suas lutas e conquistas, como o feminismo e os demais movimentos de mulheres, são praticamente desconhecidos dos alunos e alunas do Ensino Médio. Esses temas quase não entram nas pautas dos conteúdos estruturantes e nem dos conteúdos complementares, mesmo que analisemos as três séries seguidas 1º, 2º e 3º ano, podendo levar em consideração a observação dos estágios realizados durante a licenciatura.

Porém, tratando-se de um conteúdo com consistente caminho histórico e de profunda importância para analisarmos as sociedades modernas, é preocupante que dependa apenas do professor querer ou não desenvolvê-la em sala de aula. Sendo que muitos sociólogos² analisam que as alterações nos padrões sociais das relações de gênero e as mudanças relacionadas às demandas dos movimentos de mulheres e feministas são as principais mudanças sociais ocorridas no ocidente ao longo do século XX, sem o que aquele século não pode ser bem compreendido. O preocupante é que contribui para o desconhecimento dos direitos já conquistados pelas mulheres e desta maneira, quando entramos em uma discussão sobre desigualdade sem uma prévia histórica para os alunos, essas informações não se conectam adequadamente, com as da realidade atual. Tornando-se assim mais difícil os conhecimentos a respeito de temas tabus tais com: a orientação sexual e o aborto, por exemplo.

² PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
SARTI, Cyntia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista de Estudos Feministas*, v. 12, n. 2, Florianópolis, 2004.
SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu. & GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Existe uma violência simbólica³, que através da Sociologia é possível pensar reflexivamente, no processo de auto-reconhecimento das relações de poder entre homens e mulheres que está presente nas sociedades modernas. Desde já se deve realizar um trabalho histórico incessante, posto que a sociedade seja construída ao longo da história culturalmente e não “natural” por si só. Os comportamentos corporais são incorporados e explicados por meio de uma motivação, baseada no fato de que, socialmente, “vale a pena” imitar indivíduos de prestígio. Isto porque um padrão estético se constitui a partir de uma série de eventos que ocorrem graças a uma legitimação dos pares. A pessoa que imita não imita qualquer um, escolhendo ela mesma quem ou o quê “é digno” de ser imitado, monitorando e/ou interrompendo tal processo mediante determinadas condições específicas. Entre homens e mulheres, várias das diferenças sexuais tidas como biológicas são, na verdade, construídas social e historicamente. De acordo com Campos (2009), as mulheres modernas são alvos de um “mito da beleza”, que se instala silenciosamente nas psiques femininas, institucionalizando a beleza física como o valor feminino mais importante.

Contudo, a imposição de uma visão de mundo não se dá por meio da força, efetiva-se mediante uma aliança de *consentimento* entre dominantes e dominados. Nesse sentido, a dominação masculina, cujo modelo é o homem, burguês, branco e heterossexual, não deve ser entendida unicamente por meio da ameaça da violência física, e sim, conforme Bourdieu⁴, como uma forma de violência simbólica, exercida por meio da “aceitação” e “adesão” dos dominados, no caso aqui, as mulheres. A aquiescência feminina, segundo o autor, deve-se à interiorização dos esquemas de pensamento (o *habitus*) do grupo dominante a respeito do próprio corpo e de suas capacidades intelectuais e profissionais.

Além de desnaturalizar as representações sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, é preciso desconstruir que estudos de gênero estejam somente ligados às mulheres. A função da sociologia é tentar mudar a forma de enxergar as mulheres e suas feminilidades e os homens e suas masculinidades para uma redefinição do político e do cultural. Isto porque há uma dinâmica social que é passível de mudança (SARTORI, 2008). É necessário que esta idéia parta de um processo educacional:

Por este motivo consideramos que a categoria gênero é central na formação do docente em face de seu íntimo relacionamento com os movimentos sociais e, portanto, de seus vínculos com a política. [...] Pois pensamos em gênero como uma categoria que se insere na formação dos sujeitos para viverem a cidadania plena. (SARTORI, 2008, p. 09)

³ BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Fernando Tomaz (Trad.). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007.

⁴ Idem 3.

Não existe uma essência em ser mulher que se traduz, por exemplo, na maternidade. Há em nossa sociedade determinadas funções e profissões vinculadas ao gênero feminino, como por exemplo, professoras e enfermeiras. Nas profissões ligadas às áreas da saúde, também encontramos um emponderamento masculino, quando verificamos que a quantidade de homens nos cursos de medicina é muito maior, e a quantidade de mulheres nos cursos de enfermagem e técnico em saúde é maior em relação aos homens. É possível verificar que as áreas de maiores status sociais são preenchidas por um número maior de homens do que por mulheres (SARTORI, 2008).

Quando buscamos a origem dos indivíduos em sociedade, nos questionamos como nos tornamos homens e mulheres no mundo e como aprendemos a cuidar ou a ensinar. Pois tudo se trata de uma construção da cultura e das relações sociais e depende das escolhas que a sociedade vai fazendo, por isso nada está no ser humano naturalmente ao nascer, é inserido socialmente. Analisando os estudos a respeito da origem das sociedades podemos encontrar e verificar como ocorreram algumas modificações:

O primeiro representante do homo sapiens foi o homem do Cro-Magnon, no paleolítico superior. Viviam da caça e da coleta de alimentos e para sobreviver dependiam da parceria entre homens e mulheres [...] A mulher, nessa visão, estava próxima à natureza: seu corpo feminino, tal como a natureza, produzia eventos cíclicos, ligados à geração da vida, dava à luz e tinha o poder de alimentar. A fertilidade feminina era semelhante à fertilidade presente em todo o universo, uma fertilidade cósmica, porque era o princípio feminino que governava o mundo. (SARTORI, 2008, p. 17)

Assim com as transformações que ocorreram com o passar do tempo como: o modo de trabalhar a terra, o tipo de alimentação, a habitação, a participação do homem na paternidade, entre outros, transformam as relações sociais e fazem com que a mulher perca sua imagem central na organização da sociedade.

É possível segundo Moraes (1996) se colocar o gênero como categoria analítica que necessita de uma rearticulação na forma de se discutir o feminismo e o que este significa. Assim, isto denota incluí-la ao processo de consciência coletiva, com mulheres e homens que compõem as sociedades modernas para se discutir uma igualdade de gênero. Entende-se que a categoria mulher é uma construção social. Porém, como não é possível homogeneizar todas as categorias como: de violência, racial, sexual, classe, idade entre outras, as práticas teóricas encontraram uma limitação. E é por causa dessas limitações que surge o conceito de gênero enquanto categoria relacional, que procura articular as relações historicamente determinadas

para além das diferenças de sexo. “É a partir das diferentes concepções dos estudos de gênero que inicialmente se referiam à “condição feminina”, e a seguir a “problemática da mulher” e hoje majoritariamente ao “gênero” enquanto categorias de análise. (SARTORI, 2008, p. 29).

A partir dos anos 1960, a teoria crítica feminista faz uma separação conceitual de sexo e gênero, dando a entender que gênero é a elaboração cultural do sexo e chamando a atenção para as diferenças entre sexo biológico e a identidade atribuída ou assumida pelo indivíduo (SARTORI, 2008). A concepção comum é de que o biológico prevaleça sobre o social. Porém, é necessário analisar a articulação entre os conceitos biológicos e o social. Isto porque a biologia não pode ser considerada a origem e a razão das diferenças entre os sexos. Existe toda uma construção social e psicológica inseridas em todas as frestas sociais, como já ressaltado anteriormente há o poder da dimensão simbólica, entre os corpos masculinos e femininos, ou seja, as atitudes manifestadas através da linguagem e dos símbolos.

As características, masculino e feminino estão além da aparência. O indivíduo se complementa com as atitudes, os sentimentos, o jeito de ser, sentir e atuar. Nessa perspectiva, gênero passa a ser entendido como uma construção social. O que acontece é que essa construção acaba por criar ressignificados constantemente, ou seja, cria-se e recria-se. Não existem homens universais e nem mulheres universais, como é disseminado na sociedade paulatinamente: “Isto é coisa de mulher” ou “todos os homens são assim” ou “mãe é tudo igual” ou ainda “toda mulher é consumista por natureza”. Desta maneira podemos entender como a atribuição ao gênero é construída diariamente nas relações sociais.

Os estudos sobre gênero não se referem somente sobre as mulheres, mas também aos homens. Segundo Sartori, os papéis sexuais partem de uma análise de que a realidade é complexa, e se relaciona a três níveis: sexo, identidade de gênero e identidade psicosssexual. Parece ser corrente ainda hoje que há certa dificuldade em se diferenciar ou mesmo deslocar categorias como sexo, gênero e identidade de gênero. Assim, a orientação sexual “é empregada no sentido do desejo sexual de homens e mulheres, que podem ser heterossexual, homossexual ou bissexual” (SARTORI, 2008), além de outras formas de sexualidades, sem seguir ao modelo padrão, como afirma Sartori:

O modelo padrão de masculinidade vigente na sociedade ocidental que mais se aproxima da masculinidade hegemônica baseia-se na necessidade de o homem se mostrar forte e capaz; de reprimir os sentimentos; de estar sempre competindo; de ser permanentemente o provedor (SARTORI, 2008, p. 35)

Não existe uma única identidade, as instituições como a Escola, por exemplo, constroem ideais pré-moldados, produz e reproduz o tempo todo este ideal. As experiências vividas pelas crianças nas interações que estabelecem com os adultos vão, pouco a pouco, conformando um jeito de ser através do qual elas precisam ir se adequando ao mundo adulto, a fim de apreenderem os significados da vida em sociedade. Desde a infância, os indivíduos vão se formando de acordo com as normas estabelecidas socialmente. Assim, é possível verificar que tendemos a pensar a infância como algo universal, desconsiderando as possíveis diferenças entre meninos e meninas, vistas também como universais. E, mais do que isto, na sociedade em que vivemos “as crianças que não consomem são consideradas descartáveis. (SARTORI, 2008).

O feminismo é uma ação política das mulheres. Assim as mulheres se dão como sujeito histórico do processo de transformação de sua própria condição social (SOARES, 1998). Sua origem no auge do capitalismo industrial apontou para “As mais variadas formas de reivindicação dos direitos das mulheres em diferentes locais do planeta, o que mais tarde foi designado como feminismo. [...] elas foram protagonistas de diversas mobilizações e greves gerais no Brasil no período de 1900 a 1930”. (SARTORI, 2008, p. 27).

O Movimento Feminista possui múltiplas faces, assim como o Movimento de Mulheres, está imbricado nas questões urbanas, ao proletariado, ao sindicalismo, aos meios precários, e as dificuldades para as qualificações requeridas pelo mercado de trabalho, organizavam-se nas periferias, nos bairros populares e nos fundos das igrejas. A inserção nesses espaços ajudou-as a descobrir que seus problemas eram comuns e não individuais. O Movimento Feminista que dava ênfase na emancipação individual, porém no contexto coletivo, da essência do que é ser mulher, da opressão do homem sobre mulher e de sua forma existencial, trouxe o debate para trama social, porque, historicamente todo sujeito subordinado questiona-se sobre sua própria situação social, para então transformá-la. Assim, além de tratar das questões gerais, também estava presente a especificidade da questão feminina, como a questão da saúde da mulher, o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto (MORAES, 1996). Conforme Vera Soares (1998) é importante deixar claro que o movimento feminista é uma parte do movimento de mulheres, sendo este mais amplo. Com relação às questões e aos desafios que estão em âmbito global e complexo, pois, a democracia é um marco substancial para as inter-relações de sujeito. (SOARES, 1998). É necessário existirem possibilidades para as mulheres onde elas possam usufruir dos direitos, e mais do

que isso questioná-los, interferindo onde for preciso com liberdade e respeito.

Surgem do feminismo as preocupações fundamentais com o modelo explicativo na defesa contra o patriarcado que fora estabelecido pelo homem historicamente. Assim, a respeito da opressão da mulher como produto histórico, lembra do clássico “A origem da família e da propriedade privada, e do Estado”, de Engels, com o debate da condição social da mulher, por serem dominações simultâneas e marcarem o começo da luta de classes. Deste modo, entra em debate a partir desse clássico a idéia de uma opressão específica: a da mulher.

A sociedade tornou-se um sistema hierárquico masculino desde a ordem familiar. E logo a maternidade entra como base para a divisão sexual do trabalho e a mulher passa a ocupar definitivamente uma posição de subalternidade ao homem. E com a entrada para o mercado de trabalho como já indicado acima, a mulher passa, então, a viver a dupla jornada. Mencionando o ideal não apenas da mulher ter de se dedicar ao trabalho fora de casa e ao mesmo tempo o homem assumirem as responsabilidades domésticas (MORAES, 1996). Visando assim que a opressão da mulher é a opressão que se encontra em todos os ângulos no sistema capitalista. E é esse sistema que compõe a base do movimento feminista, tendo como solução a constituição de uma sociedade baseada na igualdade.

Assim, a história do feminismo marxista contemporâneo é marcada pela denúncia da dupla jornada de trabalho e a necessidade de se repensar o valor do trabalho doméstico. A outra vertente importante concentra-se no tema da sexualidade e na denúncia da dupla moral sexual existente. Logo, duas questões cujo embate pessoal é imediato: são problemas concretos que enfrentamos no cotidiano (Moraes, 1996, p. 4).

Segundo Gonçalves (2010) é válido ressaltar que dentro dos movimentos sociais considerados anticapitalistas, ignorou que as relações de gênero estavam imbricadas nas estruturas de dominação capitalistas de classe, ignorando assim a própria dinâmica sexista do capital, o que acaba por produzir e reproduzir os preconceitos também de gênero.

As diversas desigualdades de Gênero

A desigualdade de gênero é retratada como condição existente nos sistemas políticos, jurídicos, religiosos e filosóficos, em que muitos desses enfatizaram que as raízes da subordinação das mulheres estão fundadas, embora não exclusivamente, na divisão sexual do

trabalho, que organiza as tarefas produtivas e reprodutivas entre homens e mulheres, identificando, as atividades produtivas como masculinas e reprodutivas como femininas.

“A expectativa de vida é influenciada pelo pertencimento a um grupo de cor/raça e ao sexo, assim a uma maior “vitimização” das mulheres negras em decorrência do sexismo e do racismo, que “precarizam” seu acesso aos serviços de saúde, habitação, emprego e renda entre outros”. (IPEA, 2008, p. 6).

Entende-se que a dominação de gênero não é um dado natural, é, na realidade, construída historicamente ao longo de milhares de anos. Suas raízes são bem anteriores ao modo de produção capitalista. Deste modo antes mesmo do capitalismo podemos identificar que a organização do trabalho tinha ênfase nas distinções geracionais e sexuais. Na sociedade capitalista essas relações dão lugar a uma separação, qual seja a de classe, neste sentido o mundo capitalista insere uma relação de produção, e há dois personagens antagônicos: o burguês e o proletário. Dentro deste contexto capitalista é inegável que a inserção das mulheres no mercado de trabalho gere uma série de problemas, tanto teórico como prático, que vão desde os problemas gerados pelo aumento da disponibilidade de mão de obra, até a reconfiguração das relações familiares. Pois ao se inserirem no mercado de trabalho, as mulheres evidenciam outro tipo de dominação, a do corpo feminino. Entre tanto ao se depararem com a divisão da jornada de trabalho fora de casa, o mesmo não aconteceu dentro desta. Pois, aquela noção introjetada de que a mulher é relegada ao “cuidado” da prole, e como “função natural” da mulher. O que podemos caracterizar como a dupla jornada feminina.

Existe uma ampla literatura acerca do tema⁵, mas gostaria neste artigo de enfatizar o problema de como, neste contexto, a reaplicação do pensamento gerado por essa realidade expressa, nos leva a um problema chave: as lutas femininas por identidade de gênero acabam por reivindicar uma igualdade social.

“No Brasil a educação formal não constitui um entrave à conquista da igualdade de gênero para as mulheres: em todos os níveis de ensino elas são mais numerosas do

⁵ MORAES, Maria Lygia Quartim. *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1996. Coleção Primeira versão,

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SARTI, Cyntia. *O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 2, nº 12, Florianópolis, março/2004, p. 35-50.

que os homens. Entretanto, apesar do nível de educação formal mais alto, as mulheres são discriminadas no mundo do trabalho e da política (ver gráfico no Indicador ao lado). Além disto, são vítimas de violência física na esfera doméstica. As desigualdades de gênero são mais visíveis no mundo do trabalho, por exemplo, quando se compara o rendimento-hora de homens e mulheres com igual nível de escolaridade” (IPEA, 2008, p.5).

Alguns dados mostram a situação social das mulheres brasileiras, a partir de uma pesquisa realizada no ano de 2006, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e publicada em setembro de 2008 no *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Esses dados demonstram a situação da desigualdade de gênero, abordando uma gama de temas que retratam a situação social que mulheres enfrentam, e a inserção da mulher negra na sociedade capitalista brasileira.

Observa-se (IPEA, 2008) que no sistema educacional reproduzem-se muitos dos estereótipos de gênero. As mulheres apresentam melhores indicadores educacionais que os homens em quase todos os níveis de ensino e apesar disso, essa escolarização não reflete quantidade e qualidade na ocupação no mercado de trabalho e nem mesmo salários iguais.

O aumento das mulheres na chefia das famílias é um fator que pode ser consequência da inserção da mulher no mercado de trabalho. Esta participação já no ano de 1994 era de 46%, e em 2006 a porcentagem subiu para 52,6%, o que demonstra grande crescimento. Dentre as influências para a ocorrência deste fato, estão: a maior escolaridade das mulheres, a queda de fecundidade, a emancipação feminina e até mesmo as mudanças nos padrões culturais que alteram os valores de homens e mulheres na sociedade. O fenômeno da inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorre com maior ênfase na região sul do Brasil. Porém, esses dados não consideram os afazeres domésticos que não tem valor do ponto de vista econômico quando não são remunerados (IPEA, 2008).

Dentre os trabalhadores remunerados no ano de 2006, 0,9% dos homens se dedicavam ao trabalho doméstico, enquanto 16,9% das mulheres exerciam a mesma função, o que indica a predominância das mulheres em serviços tradicionalmente atribuídos aos papéis femininos. Dentre estas, as mulheres brancas ocupam 12,6% dos postos de emprego, enquanto as mulheres negras abocanham quase o dobro sendo, 21,7%, acresce-se a subalternidade de classe social e de gênero também a de raça/cor no caso das mulheres negras.

Os rendimentos médios da ocupação principal no mercado de trabalho demonstram a persistência das desigualdades de gênero. Em 2006, enquanto os homens ganhavam em média R\$ 885,60/mês, as mulheres recebiam R\$ 577,00/mês, o que corresponde a 2/3 do salário

masculino. As mulheres negras sofrem dupla discriminação, pois recebem apenas o valor de 66% do salário do homem negro, que por sua vez, recebe apenas metade do salário do homem branco (IPEA, 2008).

No Brasil, em 2006, 76,8% da população idosa – 60 anos ou mais – recebiam algum benefício. No entanto há variações neste percentual desagregando gênero e raça/cor. Verifica-se que 81% dos homens idosos e brancos recebiam benefício da aposentadoria, enquanto apenas 75% das mulheres idosas e negras recebiam o mesmo benefício. Como podemos perceber, as discriminações existentes no mercado de trabalho se prolongam na terceira idade. É verdade que muita coisa vem mudando, mais ainda é preciso analisar a sociedade em que vivemos a partir das estatísticas para objetivar como essa dominação se recoloca a cada dia de diversas maneiras.

É possível afirmar que nos últimos anos houve uma rearticulação nas relações de classe, e isto porque a presença feminina no interior dos trabalhadores aumentou principalmente nas condições mais precárias de trabalho, como: o setor terciário a presença feminina, saltou de 46,8%, para 67,1% nos últimos anos. E esta maior imbricação de relações de gênero e relações de classe implica a exigência de alterações profundas na definição da organização social. (GONÇALVES, 2010).

Aspectos da influência (in)consciente que se da através das diversas mídias

Propõe-se analisar elementos da indústria cultural, tais com: as revistas, novelas, programas de TV, brinquedos que encontramos nas lojas, separados por categorias: menino/menina. Tais produtos demonstram que houve uma apropriação da “beleza” da mulher, em que elas se servem (self) desse ideal reproduzido pelas diversas mídias. Nas novelas, por exemplo, os personagens atribuem aos homens as qualidades de serem *inteligentes* e *ricos* em primeiro lugar já para os personagens femininos é comum caber a elas serem belas e elegantes. Deste modo o corpo das mulheres tende a ser sujeito dos julgamentos com mais frequência do que o é o corpo masculino. Elas apresentam maior plasticidade do que o corpo masculino com a moda, as plásticas, a magreza, que segundo Campos, em alguma medida, representam a existência da violência simbólica exaltadamente no cotidiano feminino, e:

É notável a persistência de um padrão hegemônico, expresso na valorização da magreza (as modelos pesam, em média, 23% menos que a média das mulheres, na insistência da pele clara, nos cabelos forçosamente lisos (existem inúmeros

cosméticos no mercado para este propósito), etc. Enfim, os valores associados à beleza feminina veiculados por estes padrões somam as influências do eurocentrismo, da indústria cultural e da ‘indústria da beleza’(Campos, 2009, p. 150).

Existe uma relação imposta rigorosamente entre as mulheres e a indústria da beleza, para a construção de uma “identidade” na sociedade, buscando este ideal como algo natural, que faz parte da “essência de ser mulher”, e implicando a existência de valores masculinos e valores femininos. A beleza é colocada como valor central que representa a construção da “identidade feminina” para uma aceitação social. A experiência feminina do corpo sendo, o corpo-para-o-outro, e exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros, exige a mulher constante atenção com os parâmetros da hegemonia da beleza (CAMPOS, 2009). Ao seguirem estes padrões, as mulheres não estão necessariamente abdicando de suas dimensões reflexivas, mas sim que ativamente decidem o que deve ou não ser levado em consideração. (CAMPOS, 2009)

A questão é que cada vez mais a mídia em todos os sentidos se apropria da indústria cultural da beleza, o que envolve o forte consumo direcionado para as mulheres, atingindo cada vez mais adeptas entre elas crianças, que deixam de lado o sentido de ser criança, para tornarem-se “pequenos” moldes desta indústria.

A publicidade assedia as crianças todos os dias. O Brasil não tem uma regulamentação adequada e as agências de publicidade utilizam crianças para vender desde brinquedos a poupanças bancárias, desenvolvendo o consumismo infantil e também o modelo sexual e de normas sociais. As crianças não são indivíduos assexuados, porém, é necessário um entendimento mais sociológico da distinção científica da representação do sexo, da sexualidade, e da sensualidade. Esses são conceitos dos quais muitas vezes a mídia utiliza-se, para transformar todo (a)s dessa nova geração nos próximos consumidores alvos. Podemos exemplificar a questão da indústria cultura, com o brinquedo mais vendido do mundo desde 1959 até os dias de hoje: a boneca *Barbie*, cujo personagem traz com consigo toda uma influência de gerações e gerações. Trata-se de uma boneca para crianças com o corpo tão perfeito que nem mesmo as cirurgias plásticas existentes atingiram as perfeições das formas da boneca, como podemos verificar nos estudos desenvolvidos por Sibila:

Embora já esteja ficando quase velha, essa boneca esguia e eternamente jovem continua sendo o ícone de um padrão de beleza dos mais insistentes. Tendo habitado a infância das meninas do mundo inteiro há quase meio século, a Barbie tornou-se um verdadeiro clássico na imposição das leis do ‘corpo bom’ em nossa sociedade.

Todo um baluarte pedagógico, a famosa boneca é uma pioneira na configuração de um modelo corporal que provavelmente seja o mais tirânico da história ocidental (SIBILA, 2007, p. 1).



6

O debate teórico sobre a constituição dos modos de ser feminino e do masculino nas sociedades contemporâneas incorpora as dimensões da sexualidade e da saúde. Isto ocorre porque se pensa nos indivíduos em sua totalidade biosociopsíquica. Dessa forma, farei uma síntese dessas dimensões nesse próximo tópico.

Sexualidade e saúde reprodutiva: os tabus do aborto e a violência contra as

⁶ Retirado em: <http://www.google.com.br/search?q=imagens+barbie&hl=pt>.

mulheres, as crianças e os/as adolescentes

A sexualidade refere-se aos sentimentos, desejos e relacionamentos entre as pessoas, sejam homens ou mulheres e, incluímos neste contexto, também as crianças. E por isto também se torna necessário, como vem ocorrendo, uma produção em torno da sociologia da infância. Deste modo com a ajuda da antropologia, das questões culturais e dos direitos, há uma possibilidade de tentativa de melhor compreensão sobre as crianças. Isto porque a sexualidade não é um assunto exclusivo do mundo dos adultos (SAYÃO, 2008). O professor tem um papel importantíssimo dentro dessa cadeia de entendimento, como observa Sayão: “um olhar investigador proporciona aos professores e às professoras uma qualidade em seu trabalho e reduz drasticamente o prejuízo que os preconceitos e as atitudes moralizantes impõem-se sobre as crianças com quem trabalhamos” (SAYÃO, 2008, p. 46)

De tal modo, verificamos como a sociedade tem modelos tidos como “ideais” e como buscam para que cada criança se adéque de alguma maneira a esses padrões. É preciso levar em consideração, que se encontrarão atitudes masculinas e femininas nos sujeitos independente do sexo biológico ou da orientação sexual. Os indivíduos podem se aproximar e se afastar dos modelos padrões (MOTTA, 2008).

As diferenças (de gênero, étnicas, de credo, raça, classe social, e etc.) entre os sujeitos são ignoradas através de um processo homogeneizador que não vê as especificidades de cada sujeito ou grupo social. [...] as diferenças são transformadas em estigmas, são sublinhada como negativa. (MOTTA, 2008, p. 53).

É importante que os sujeitos sejam tratados com toda essa pluralidade colocada em questão. A grande problemática aqui encontrada é a limitação dos próprios professores e professoras a tratar sobre as temáticas de gênero e sexualidade na educação. Muitos não estão preparados e são carregados de mitos e tabus sociais. Os professores e as professoras devem ter plena abertura para qualquer discussão com seus alunos e alunas. Pois o que é visto hoje é que a grande maioria carrega consigo uma carga de noções já pré-moldadas, deixando muitas vezes que predomine o seu juízo de valor. Como observa Mota:

A escola precisa refletir sobre as relações de poder entre masculino e feminino, precisa pensar e aprender a lidar com as dominações que existem entre masculino e feminino, mas também entre feminilidades e entre a chamada masculinidade hegemônica e as masculinidades subalternas. (MOTTA, 2008, p. 56).

A defesa da necessidade da incorporação pela escola dessa temática torna-se também uma medida de saúde pública, pois essas relações de poder resultam em violência física, sendo evidentemente que os corpos femininos e infantis são os mais vulneráveis. Portanto para refletir sobre a saúde reprodutiva, é preciso fazer a conexão com a opressão sobre a mulher, pois está tem uma íntima relação com a saúde da mulher. Como Tamanini, nos lembra um pouco sobre as primeiras formas de opressão feminina no principio da sociedade capitalista:

O enclausuramento feminino ocorreu principalmente pelo forte controle sobre a conduta feminina exercida por atores chaves como o médico, o pai, o padre e o Estado, que agindo sobre a sexualidade através da medicalização do sexo, reproduziam o corpo da mulher unicamente a sua esfera reprodutiva. (TAMANINI, 2008, p. 67).

O sexo passou a ser manipulado e adquiriu importância como disputa política, através de interesses da coletividade. Assim, o uso do corpo como sexual é uma das estratégias da construção de relações sociais. Desta maneira influenciaram os modos de ser e de organizar a cultura social.

Com o passar dos tempos as mulheres foram garantindo seus direitos e “liberdade” através das reivindicações, a questão de saúde da mulher e de saúde reprodutiva, passa a ser vista como um problema social e não individual como uma temática feminina. E assim na “constituição de 1988, em seu artigo 196, afirma que a saúde é direito de todos e dever do Estado proporcioná-la em todas as esferas publicas”. (TAMANINI, 72, 2008).

Poder planejar quando, e se querem ter filhos, está fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, e que é uma escolha livre e uma decisão do casal. Compete ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedando qualquer forma coercitiva por parte de qualquer instituição pública, privada (ou religiosa). Porém, existe uma porção de obstáculos, quando se trata dos métodos contraceptivos definitivos, e até mesmo dos métodos periódicos como os anticoncepcionais e a utilização da camisinha. Como verificamos em Tamanini:

O uso da camisinha é fundamental e independe do que ouvimos sobre estar contra o a favor do seu uso, sobre posições religiosas condenatórias. A camisinha deve fazer parte do cotidiano, tanto como prevenção da gravidez, como de doenças sexualmente transmissíveis. (TAMANINI, 2008, p.72).

E quando se fala da questão do aborto, por exemplo, a responsabilidade sempre recai sobre a mulher. Não são levadas em conta as condições em que os casais vivem e as suas reais dificuldades. E ainda parte do senso comum que considera quem faz aborto pertence a um grupo socioeconomicamente baixo e os estereótipos de que são “adolescentes inconseqüentes”. Muitas mulheres casadas e já com o segundo filho fazem aborto, por diversos motivos, entre eles o estupro dentro do casamento e a condição financeira. Porém, isto não quer dizer que pessoas classe de renda alta não pratiquem o aborto. Somente conseguem realizá-los de uma forma melhor, pois pagam para isto. E assim escondem dos vésus sociais. “⁷Uma em cada sete brasileiras entre 18 e 39 anos já abortou. Cerca de 80% delas têm religião, 64% são casadas e 81% são mães. Isso é o que mostra o primeiro levantamento direto sobre o aborto no País, feito pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero”.

Os dados sobre a saúde da mulher são preocupantes, sobretudo em relação aos cânceres de mama e de colo de útero, que estão entre as principais causas de morte de mulheres que tem entre 30 e 60 anos. Os dados revelam que a taxa de mulheres que nunca fizeram este tipo de exame é altíssima e que ainda há a desigualdade entre brancas e negras no acesso ao exame (IPEA, 2008).

A violência contra crianças e mulheres, jovens e adultas, é sem dúvida o tema mais delicado deste artigo. Isto porque cotidianamente milhares de mulheres são agredidas e violentadas. Só no Brasil a cada hora, cerca de oito mulheres são espancadas. Em média, 18 mil crianças são vítimas de violência doméstica por dia no Brasil. Os dados apresentados pelo sitio segundo a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância⁸, demonstram que 12% das 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos já sofreram violência.

Um quadro apresentado no livro de Sartori apresenta a realidade sofrida por milhares de crianças no Brasil⁹:

Estudos recentes apontam que a cada três meninas uma sofre de abuso sexual, e que um entre seis meninos serão vítimas de abuso sexual até os 18 anos.
Mais de 1/3 das denúncias envolvem crianças de 5 anos ou menos e até bebês
Entre 90% dos casos, as crianças e adolescentes são abusados por pessoas muito próximas como pais, parentes, vizinhos e amigos.
Os crimes sexuais são praticados em todos os níveis socioeconômicos e em todos os grupos raciais, religiosos e

⁷ Retirado do Sítio: <http://www.estadao.com.br/noticias.com>. Acessado em 04 de novembro de 2011

⁸ Retirado do Sítio: <http://diganaoerotizacaoainfantil.wordpress.com>. Acessado em 04 de novembro de 2011.

⁹ SARTORI, pg 93 e 94, 2008.

étnicos. A maioria das agressões é praticada, por homens, heterossexual e que tem acesso a relações sexuais com adultos.
Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso.
A vitimização sexual nunca é culpa da ou responsabilidade da criança.
Estima-se que para cada caso denunciado vinte não são.
A maioria no Brasil desconhece a realidade sobre abuso sexual de crianças. Pais e professores desinformados não podem ajudar uma criança.

Com esses dados alarmantes não é possível pensar que não existam relações sexistas em nossa sociedade e também nos ambientes educacionais. Todos os dias uma série de violências física, sexual e simbólica acontecem nos meios educacionais sem que os sujeitos envolvidos consigam sequer refletir de uma maneira crítica sobre o que tais violências desencadeiam. O poder e a violência estão intimamente ligados e existe uma dificuldade de tratar sobre estes assuntos de violências nos ambientes educacionais. De acordo com Sartori (2008) na maioria das vezes as mulheres são as vítimas, sejam elas adultas, crianças, idosas e até as portadoras de necessidades especiais. A escola deveria estar mais envolvida também com estas questões, pois seria mais fácil fazer um diagnóstico precoce da violência, já que os alunos e professores são tão próximos.

Notas finais

Busquei neste artigo, articular as temáticas correlatas de gênero, a sexualidade e a educação, para um maior debate sociológico dentro das salas de aulas. Para isso realmente acontecer é imprescindível pensar como podemos desenvolver uma discussão sobre gênero e educação através de uma abordagem sociológica, antropológica e política, através dos símbolos, linguagens, e do contexto histórico. Pois como vimos, o gênero é uma construção social e simbólica, mais como pensar em que medida esta abordagem interessa na formação de professores? Lembrando que: “A escola tem um papel fundamental na socialização e na disciplinarização dos corpos, das mentes dos sentimentos e dos comportamentos dos sujeitos que passam por seus portões” (SARTORI, 2008, p. 53)

Nestas linhas foi possível pensar que em nossa sociedade existe uma espécie de “sexo social” e “sexo sociológico”, construídos. Assim como homem e mulher, o masculino e o feminino se constroem numa relação social e psicológica. Para se pensar em uma sociedade mais justa e igualitária, a maneira de ser masculino ou feminino tem que ser discutida dentro das escolas, onde se caracterizam um dos maiores espaços de diversidade e de construção

social, pois é nela que se constroem para além dos conteúdos curriculares, as idéias, os significados, os (pré) conceitos, as concepções e os modelos que consideramos que sejam ideais de “homens ou mulheres. Pois “se para as discriminações econômicas e de raça temos algumas vezes, educadores e educadoras que procuram romper preconceitos, com a relação a discriminação de gênero parece existir um silêncio sobre as diferenças entre meninos e meninas que perpassa toda a prática pedagógica, incluindo nessa prática o próprio material didático” (SARTORI, 2008, p. 36).

Afinal, o que é cultura? A cultura não pode ser tratada como fixa e engessada. Neste sentido, a intenção é enquanto futuros educadores de Sociologia nós possamos aproximar-nos dos conceitos de gênero e da prática pedagógica.

Referências

BOURDIEU, Pierre. (2007). *O Poder Simbólico*. Fernando Tomaz (Trad.). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil.

CAMPOS, Veridiana Parahyba. (2009). *Beleza, construção do self e reflexividade entre as mulheres*. Londrina, Mediações: revista de Ciências Sociais, v.14, n. 2, p.145-161.

CEREGATTI, Alessandra. (2010). *La militarización y el patriarcado tiene una estrecha relación*. In: America Latina em Movimento. Nº457, ano XXXIV, II época, p. 24-30.

ENGELS, Frederich. (1977). *A origem da família da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira.

GONÇALVES, Renata. (2010). Dinâmica sexista do capital. *Revista lutas sociais*, vol. 9, nº 10. São Paulo, abril de 2003.

IPEA/UNIFEM. (2008). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. 3º Ed. Brasília. Secretaria especial de políticas para as mulheres, Instituto de Pesquisa econômica Aplicada, Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

LAURETIS, Teresa de. (1994) *A tecnologia de Gênero*. HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (orgs). In: *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica de cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. (1996). *Marxismo e feminismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, Coleção Primeira versão.

MOTTA, Flavia de Mattos. (2008). *Gênero sexualidade e educação*. In: SARTORI, Ari José. BRITTO, Neli Suzana. *Gênero na educação: espaço para diversidade*. 3º Ed.. Florianópolis. Genus.

SAYÃO, Deborah Thomé. (2008). *Infância, sexualidade e educação: Aspectos das relações entre profissionais e crianças*. In: SARTORI, Ari José. BRITTO, Neli Suzana. *Gênero na educação: espaço para diversidade*. 3º Ed.. Florianópolis. Genus.

SARTORI, Ari José. (2008). *Gênero na educação: espaço para diversidade*. 3º Ed. SARTORI, Ari José. BRITTO, Neli Suzana. Florianópolis. Genus.

SIBILA, Ana Paula. *A arma de guerra chamada Barbie*. Publicado em 26/7/2007 no sitio: Trópico UOL. Disponível em: <http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2891,1.shl>. Acesso em 01 de Nov. de 2011.

SOARES, Vera. (1998). *Muitas faces do feminismo no Brasil*. In: BORBA, Angela; FARIA, Nalu. & GODINHO, Tatau. (orgs). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo.

TAMANINI, Marlene. (2008). *Saúde reprodutiva e direitos sexuais e reprodutivos*. In: SARTORI, Ari José. BRITTO, Neli Suzana. *Gênero na educação: espaço para diversidade*. 3º Ed.. Florianópolis. Genus.